



CONTRATO N.º 029/2019.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2019.

Compromisso celebrado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, n.º. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente REINILDO NERY DOS SANTOS, brasileiro, inscrito CPF/MF n.º 977.718.305-44, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número n.º. 09.408.031/0001-50, com sede na Av. ACM n.º2487, Ed. Fernandez Plaza sala 1708, Brotas Salvador/BA, neste ato representada pelo Diretor **HAMILTON ANDRADE DE CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade n.º.1000828239, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF n.º. 006.497.125-28, doravante denominada, para cumprimento do objeto abaixo descrito:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada de assessoria e consultoria técnica concernente a prestação de serviços de gestão de pessoal junto ao setor de recursos de humanos (GFIP, RAIS, DIRF e CONECTIVIDADE SOCIAL), Contemplando também a orientação de todas as retenções no que diz respeito a folha de pagamento dos servidores desta casa (INSS, IRRF, CONSIGNAÇÕES, SALÁRIO FAMÍLIA E MATERNIDADE, AUXÍLIO DOENÇA) e demais que houverem, destinados a continuidade das atividades administrativas desta casa legislativa, conforme descrições e especificações dispostas abaixo:

0002



003698

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

1. Acompanhamento e orientação na elaboração mensal da folha de pagamento dos servidores da Câmara Municipal;
2. Orientação na classificação dos lançamentos de retenção junto à folha;
3. Acompanhamento, orientação e conferência na elaboração mensal/anual da GPS, GFIP, INSS, DCTF, RAIS, IRRF, etc;
4. Acompanhamento e orientação das informações governamentais obedecendo os prazos a serem informados;
5. Acompanhamento e orientação dos consignados junto aos servidores e instituição financeira;
6. Orientação e acompanhamento junto aos servidores que estiverem de licença maternidade, salário família, auxílio doença, atestados, férias, 13ª salário, rescisões, afastamentos, conforme o caso;
7. Orientação no ajuste salarial anual, fazendo comparações de impacto financeiro

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas no Decreto Municipal nº. 971/2006, da Lei Estadual da Bahia nº. 9.433/2005, da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993, da Lei Complementar nº. 123/e suas alterações posteriores, no Edital do Pregão Presencial nº. 018/2019 e seus anexos, no Termo de referência, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução deste contrato é INDIRETO POR MENOR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das previstas no Termo de Referência, quando não coincidentes:

000273



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

- a) efetuar os pagamentos, observadas as disposições do item próprio deste CONTRATO e do termo de Referência;
- b) designar representante para relacionar-se com a CONTRATADA como responsável pela execução do objeto.
- c) supervisionar a realização do(s) serviço(s), exigindo presteza no fornecimento e correção das falhas eventualmente detectadas;
- d) permitir acesso da CONTRATADA ao local da realização do serviço;
- e) esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao fornecimento do objeto;
- f) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades inseridas no Termo de Referência (Anexo I do Edital):

- a) Prestar o serviço de acordo com as especificações do Edital, os quais deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se as disposições da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) quanto às responsabilidades dos licitantes enquanto fornecedores e/ou prestadores de serviços nos casos de sinistros que acarretem danos à Câmara Municipal, inclusive com a inversão do ônus da prova;
- b) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato ser firmado;
- c) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los

000274



003700

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos itens/materiais/execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao fornecimento da peça(s), originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

f) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da realização dos serviços;

g) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a CONTRATANTE sem a prévia autorização da mesma;

h) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento da prestação do serviço;

i) Manter, sempre por escrito com a CONTRATANTE, os entendimentos sobre o objeto contratado, ressalvados os casos determinados pela urgência dos mesmos, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

j) Manter todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas no Edital, durante a vigência do contrato;

k) Prestar garantia aos materiais e/ou serviços adquiridos/prestados em razão do objeto desta contratação/licitação que será de no mínimo 12 (doze) meses e será complementar à legalmente prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo a mesma ser conferida mediante termo escrito;

000278



008701

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

l) O pagamento somente será realizado mediante efetiva prestação do serviço solicitado, que será comprovado mediante entrega de relatórios mensais, atestado de comparecimento à Casa Legislativa e os pareceres técnicos realizados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O valor total para o presente ajuste é de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), de acordo com os valores constantes na Proposta de Preços, apresentado pela CONTRATADA no Pregão Presencial nº. 017/2019, entendido este como preço justo e suficiente para a execução do presente objeto, conforme quantitativo e descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA CONCERNENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE PESSOAL JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS (GFIP, RAIS, DIRF E CONECTIVIDADE SOCIAL), CONTEMPLANDO TAMBÉM A ORIENTAÇÃO DE TODAS AS RETENÇÕES NO QUE DIZ RESPEITO A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DESTA CASA (INSS, IRRF, CONSIGNAÇÕES, SALÁRIO FAMÍLIA E MATERNIDADE, AUXÍLIO DOENÇA) E DEMAIS QUE HOVEREM, DESTINADOS A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESTA CASA LEGISLATIVA.	MESES	8	R\$ 10.000,00	R\$ 80.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).					

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O preço proposto será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

000278



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa ou da pessoa física, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a entrega dos itens/materiais/prestações de serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e legais.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará

pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUINTA - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

0002



002783

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para custeio da(s) despesa(s) decorrente(s) da contratação correrá(ão) por conta de recursos financeiros próprios à conta das seguintes dotações orçamentárias:

006 - Poder Legislativo

2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá prazo de validade até **31 de dezembro de 2019**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme solicitação por esta Casa de Leis, asseguradas todas as garantias previstas neste Contrato e no Termo de Referência.

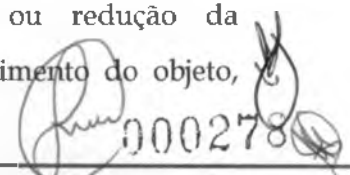
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato poderá ser **prorrogado**, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, nos moldes da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir, e avaliar o fornecimento dos serviços, objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço (objeto do contrato), a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA que é total e irrestrita em fornecimento do objeto,

 000278



003704

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Os serviços, objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço e aos produtos em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e seus anexos ou no termo de contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, quando da entrega do(s) produto(s) e à execução do(s) serviço(s) solicitado(s) fora do prazo estipulado pela

000279

CÂMARA MUNICIPAL



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir do primeiro dia de atraso.

e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando decorridos 13 dias, ou mais, de atraso multa de 1% (um por cento) pelo atraso, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

g) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, a qual será aplicada gradualmente, conforme a gravidade da infração.

h) Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

[Handwritten signature]
000280



003706

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

SUBCLÁUSULA QUINTA - Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços e fornecimento dos materiais advier de caso furtivo ou força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

SUBCLÁUSULA QUARTA - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.



003707

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Luís Eduardo Magalhães-BA, 06 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

REINILDO NERY DOS SANTOS

CONTRATANTE

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: Flávia Jansen de O

CPF: 962 376 295 - 99

NOME: José

CPF: 033.463-275-74

000288

Licitações

**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019**

OBJETO: Contratação de empresa especializada de assessoria e consultoria técnica concernente a prestação de serviços de gestão de pessoal junto ao setor de recursos humanos (GFIP, RAIS, DIRF E CONECTIVIDADE SOCIAL), contemplando também a orientação de todas as retenções no que diz respeito a folha de pagamento dos servidores desta casa (INSS, IRRF, CONSIGNAÇÕES, SALÁRIO FAMÍLIA E MATERNIDADE, AUXÍLIO DOENÇA) e demais que houverem, destinados a continuidade das atividades administrativas desta casa legislativa.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de Maio de 2019.

HORÁRIO: 12:00 horas (horário local).

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 971/2006, DECRETO Nº 3.555/00, LEI Nº 10.520/2002, LC nº 123/06 (e suas alterações) E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES posteriores.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Pregão Presencial nº. 017/2019, realizado através do Processo Administrativo nº. 033/2019 teve como vencedora a empresa **STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº.09.408.031/0001-50.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 06 de Maio de 2019.

**LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA OFICIAL**

000283

DECLARAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada de assessoria e consultoria técnica concernente a prestação de serviços de gestão de pessoal junto ao setor de recursos humanos (GFIP, RAIS, DIRF E CONECTIVIDADE SOCIAL), contemplando também a orientação de todas as retenções no que diz respeito a folha de pagamento dos servidores desta casa (INSS, IRRE, CONSIGNAÇÕES, SALÁRIO FAMÍLIA E MATERNIDADE, AUXÍLIO DOENÇA) e demais que houverem, destinados a continuidade das atividades administrativas desta casa legislativa.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de Maio de 2019.

HORÁRIO: 12:00 horas (horário local).

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº. 971/2006, DECRETO Nº. 3.555/00, LEI Nº. 10.520/2002, LC nº 123/06 (e suas alterações) E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES posteriores.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA ADJUDICADO** o objeto da licitação à empresa **STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº.09.408.031/0001-50.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 06 de Maio de 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA OFICIAL

000284

HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2019

Face ao conteúdo do processo deste PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019, no uso das atribuições legais que nos são conferidas, RATIFICAMOS e HOMOLOGAMOS este Processo de Licitação, que teve como vencedora a empresa STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA, inscrita no CNPJ nº.09.408.031/0001-50.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 06 de Maio de 2019.

REINILDO NERY DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

LUCIANO DE SOUZA SANTOS

Vice Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

RAIMUNDO FERNANDES DE SOUSA

1º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

WANGLES GLICÉRIO SANTOS

2º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

000285

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MNNWZXATJ1GLMI2LVMIJA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019

OBIETO: Contratação de empresa especializada de assessoria e consultoria técnica concernente a prestação de serviços de gestão de pessoal junto ao setor de recursos humanos (GFIP, RAIS, DIRF E CONECTIVIDADE SOCIAL), contemplando também a orientação de todas as retenções no que diz respeito a folha de pagamento dos servidores desta casa (INSS, IRRE, CONSIGNAÇÕES, SALÁRIO FAMÍLIA E MATERNIDADE, AUXÍLIO DOENÇA) e demais que houverem, destinados a continuidade das atividades administrativas desta casa legislativa.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de Maio de 2019.

HORÁRIO: 12:00 horas (horário local).

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº. 971/2006, DECRETO Nº. 3.555/00, LEI Nº. 10.520/2002, LC nº 123/06 (e suas alterações) E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES posteriores.

TIPO: Pregão Presencial tipo menor preço global.

VALOR: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

VIGÊNCIA: 06.05.2019 a 31.12.2019.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 06 de Maio de 2019.

LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA OFICIAL

000286



LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 017/20109

A Pregoeira no uso de suas atribuições legais retifica o aviso de resultado, a adjudicação, a homologação e o extrato do contrato, publicados no Diário Oficial da Câmara Municipal nos seguintes termos:

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

ONDE SE LÊ: STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL LTDA.

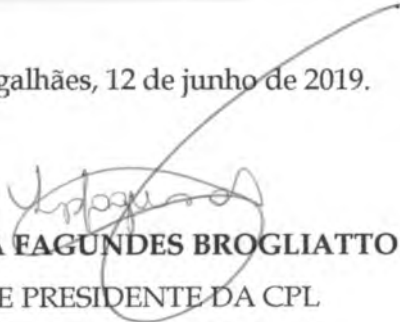
LEIA-SE: STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL EIRELI.

EXTRATO DO CONTRATO

EM RAZÃO DA AUSÊNCIA, INCLUIR OS DADOS DA CONTRATADA E O CNPJ:

CONTRATADA: STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 09.408.031/0001-50.

Luís Eduardo Magalhães, 12 de junho de 2019.


LORENA PEREIRA FAGUNDES BROGLIATTO
PREGOEIRA E PRESIDENTE DA CPL